



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - CAF
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - UCC

CONTRATO Nº 22/2023 – SEJUSP

Processo SIGA nº 00054/PGE/2020
PRODOC nº 0023.0279.1243.0030/2023-CAF /SEJUSP
CONVÊNIO FEDERAL Nº 894218/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP E A EMPRESA FIRE EAGLE ARMORY, PARA OS FINS ABAIXO DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ**, inscrita no CNPJ nº 04.243.026/0001-11, situada na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, nº 810, Centro, CEP nº 68900-030 – Macapá/AP, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública, o Sr. **Sr. MARKO SCALISO BORGES – DEL PC/AP**, brasileiro, solteiro, CPF nº 055.860.697-09, RG nº 107543530-SSP/RJ, residente e domiciliado nesta Capital, na Avenida Ernestino Borges, nº 721- CEP: 68.908-197, Bairro Jesus de Nazaré, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual nº 9500, de 14 de dezembro de 2023, publicado no DOE nº 8.060, 14 de dezembro de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **FIRE EAGLE ARMORY**, inscrita no CNPJ nº 11.119.634/0001-84, com sede na Rodovia BR-116, nº 495, pavilhão 04, Três Portos/RS, CEP 93.270-000, e-mail: contato@fireeagle-armory.com, e Tel.: (51) 2700-5005, neste ato representada pelo Sr. **ADILSON DO NASCIMENTO BORGES**, brasileiro, casado, gestor de produção, [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1.1.1 Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424/2016 e suas alterações posteriores e, no que couber, pela Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e, subsidiariamente Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 016/2023 - CLC/PGE** e seus anexos, constantes nos **Processos SIGA nº. 00054/PGE/2020, PRODOC nº 0023.0279.1243.0030/2023-CAF /SEJUSP**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO TIPO FUZIL CALIBRE 5,56 x 45mm, VISANDO ATENDER NECESSIDADES DA PC/AP, TENDO COMO FONTE DE**



RECURSOS O CONVÊNIO FEDERAL Nº 894218/2019. VINCULADO AO PROCESSO SIGA Nº 00006/SEJUSP/2023, conforme especificações, condições, quantidades e valores a seguir discriminados:

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNI D.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	001	ARMA DE FOGO - Tipo: fuzil; Calibre: 5,56 x 45 mm; Vida útil: mínimo de 8.000 disparos; Capacidade carregador: mínimo 30 cartuchos; Comprimento cano: mínimo 11,5"; Quantidade carregadores: 05 carregadores. Arma portátil de uso individual tipo Fuzilcalibre 5,56x45mm, com no mínimo asseguintes especificações: Acabamento exterior preto fosco, capacidade de 30 cartuchos; ação com trancamento rotativo mecânico e aproveitamento direto de gases; comprimento do cano no mínimo de 11,5 polegadas-292, 1mm; peso sem munição, carregador e bandoleira: não superior a 3,500kg; miras com massa ajustável em elevação e vértice ajustável em elevação e direção; tecla seletora SAFE (segurança), FIRE (tiro-a-tiro) e AUTO (rajada); trilho padrão, guarda-mão e carregador preferencialmente em polímero; contenha sistema de segurança contra disparos acidentais. A arma deve dispor de 05 carregadores no total com capacidade para trinta cartuchos cada, vir acondicionada em material apropriado e trazer uma bandoleira detrêspontos. O armamento deverá ter gravado no ferrolho o brasão da Polícia Civil do Amapá com a sigla PC/AP e possuir garantia mínima de 02(dois) anos contra defeitos de matéria prima e/ou fabricação apresentada em todos os componentes do mesmo.	0002769 6	Un.	15	15.350,00	230.250,00
							230.250,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Fazem parte integrante deste CONTRATO, independentemente de sua transcrição, os documentos constantes nos Processos SIGA nº. 00054/PGE/2020 e PRODOC nº 0023.0279.1243.0030/2023-CAF /SEJUSP, em especial, os abaixo relacionados:

- a) Termo de Referência e apêndices;
- b) Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2023 - CLC/PGE;
- c) Parecer Jurídico nº 0847/2023 – PLCC/PGE/AP;
- d) Proposta da Contratada, adjudicada e homologada;
- e) Projeto Básico;

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I. **Unidade Gestora:** UG 330101 (SEJUSP/AP)
- II. **Programa de Trabalho:** 0037 – Gestão Integrada da Defesa Social
- III. **Ação:** 2393- Operacionalização de Transferências discricionárias, especiais e legais
- IV. **Fonte:** 0.700-Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União- R\$ 227.018,30
3.500- Outros Recursos não vinculados de Impostos- R\$ 3.231,70
- V. **Natureza de Despesa:** 44.90.52- Equipamentos e Material Permanente

VI. **Nota de Empenho:** 2023NE00246, de 15/12/2023, no valor de **R\$ 227.018,30 (Duzentos e vinte e sete mil e dezoito reais e trinta centavos)** e 2023NE00247, de 15/12/2023, no valor de **R\$ 3.231,70 (Três mil e duzentos e trinta e um reais e setenta centavos)**

4.2 O Preço deste Contrato foi estabelecido no valor total de **R\$ 230.250,00 (duzentos e trinta mil,**



duzentos e cinto reais), que será pago de acordo com a regular execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo do objeto, mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-AP);

5.2. A empresa deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura referente ao(s) objeto(s) regulamente fornecido(s), acompanhada dos documentos de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Ministério do Trabalho (CNDT), conforme o disposto no Art. 29 da Lei n.º 8.666/93 e nos arts. 6º e 7º, inciso I alíneas “a” a “c”, do Decreto Estadual n.º 1.278/2011; junto ao Fiscal Designado, para que se proceda a devida certificação da despesa executada.

5.3. Em se tratando de despesas provenientes de CONVÊNIO FEDERAL, a CONTRATADA deverá indicar no campo de informações complementares da Nota Fiscal/Fatura, o número da Nota de Empenho; do número do Convênio Federal e o número deste Contrato, descrevendo o objeto da NF conforme especificado neste instrumento;

5.4. A cada pagamento ao fornecedor, a Administração Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

I. Constatando-se situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

II. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

III. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

IV. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos em execução, nos autos dos Processos Administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

V. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto a Contratante; e

VI. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular nos termos acima.

5.5. O pagamento será creditado em favor da empresa, através de ordem bancária, na entidade bancária [REDACTED] conforme indicado na proposta, cabendo à CONTRATADA informar com clareza quaisquer alterações.

5.6. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

5.7. A Administração reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto;

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial.

5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

5.10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (=6%)



I = Índice de compensação financeira

I= (TX/100)/365

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 6.1.** Os itens objetos deste Contrato deverão ser entregues em até **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato;
- 6.2.** A Empresa deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de uso, no **Centro Integrado em Operações de Segurança Pública/ CIOSP ZONA OESTE MARABAIXO, sito na Rodovia Duca Serra, KM-06, nº 1488, bairro MarabaixoMacapá/AP, CEP 68.906-301,** acompanhados das respectivas Notas Fiscais, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, etc., em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h00min às 12h00min, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, etc.;
- 6.3.** A Nota Fiscal deverá indicar a marca, fabricante, modelo, quantidade, preço unitário e preço total, procedência e prazo de garantia;
- 6.4.** Apresentar documentação fiscal em duas vias, com os números dos itens especificados por quantidade de cada produto entregue, suas respectivas validades, preço unitário e preço total;
- 6.5.** O objeto será recebido de acordo com as quantidades, características, especificações e condições estabelecidas neste Contrato, devendo estar acompanhado, quando for o caso, do manual do usuário, em versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 6.6.** O recebimento consistirá na comparação das características, especificações do objeto e quantidades de sua Nota Fiscal com este contrato;
- 6.7.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.8.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste contrato será recebido, mediante recibo, da seguinte forma:
- a) Provisoriamente:** para verificação da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades;
- b) Definitivamente:** será realizado após 30 (trinta) dias corridos por uma comissão de recebimento, nomeada pela Administração contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação, quando será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.9.** Considerar-se-á como data efetiva de entrega aquela aposta no atestado de conformidade emitido pela Comissão de Recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega provisória;
- 6.10.** No caso de constatação de não-conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s);
- 6.11.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e nem ético-profissional da contratada pelos prejuízos resultantes da inobservância das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da contratada:

- 7.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, bem como de acordo com as normas Técnicas Vigentes, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 7.1.2.** O objeto deve estar acompanhado de manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizadas;
- 7.1.3.** No caso de reprovação do objeto, no todo ou em parte, a substituição deverá ocorrer no prazo de 45 dias ou, no caso de produto importado, respeitar-se-ão a legislação correlata e os prazos, estabelecidos pelo órgão fiscalizador competente, sem prejuízo ao cumprimento do prazo de duração do contrato.;
- 7.1.4.** Repor ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os objetos entregues com avarias ou defeitos, ou que não correspondam com o solicitado neste Contrato, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 7.1.5.** Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;
- 7.1.6.** Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais, inclusive carga e descarga, até os local indicado indicado para entrega;



7.1.7. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

7.1.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

7.1.9. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;

7.1.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.1.11. Comunicar à Administração qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.1.12. Manter, durante todo o fornecimento, compatibilidade com todas as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato;

7.1.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando devidamente autorizada pela Administração contratante;

7.1.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Administração contratante;

7.1.15. Assumir, também, todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.1.16. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório;

7.1.17. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

7.1.18. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

7.1.19. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo, conforme disposto no Art. 43 da PI nº 424/2016 e suas alterações posteriores.

7.2. A Contratante fica obrigada a:

7.2.1. Proceder ao pagamento do objeto regularmente fornecido, no prazo e condições previstos neste Contrato;

7.2.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

7.2.3. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

7.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

7.2.5. Designar servidor para recebimento e atesto do fornecimento;

7.2.6. Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.2.7. Fiscalizar como lhe aprouver o fornecimento e a entrega dos materiais, através de comissão/servidor designado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.8. Deverá consultar a situação da CONTRATADA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a entrega do bem, conforme disposto no Art. 44, parágrafo único da PI nº 424/2016.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Os objetos deverão dispor de garantia mínima de 02 anos, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao exigido e começará a correr findo o prazo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo;



8.2. Detectado qualquer problema nos objetos fornecidos, a Contratada deverá efetuar a troca dos mesmos imediatamente ou em até 45 dias, a partir da data da comunicação por escrito por parte da Contratante, sem ônus para a Administração Pública;

8.3. A Contratada deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documento próprio ou anotação impressa ou carimbada na respectiva nota fiscal/fatura;

8.4. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia, terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas;

8.5. Das condições de assistência técnica:

a) A contratada deverá emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional;

b) O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso;

c) Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelos mesmo para estabelecimento desta reação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante, devidamente registrado através de protocolo criado para esse fim;

8.6. A vigência do contrato não exonera a Contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta, a qual consiste na prestação pela contratada de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078/90, e alterações.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor representante designado pela contratante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.4. Durante o período de fornecimento do objeto, a Empresa poderá manter preposto, aceito pela Administração contratante, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Estará sujeita às sanções administrativas nos termos da Lei nº 8.666/93, o fornecedor que:

a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, não aceitar ou retirar a nota de empenho;

b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;

c) Inexecução, total ou parcialmente, em qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) Não mantiver a proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total das obrigações, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze



por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente. Uma vez comunicados oficialmente, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

c) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão temporária de participar em licitação, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;

f) Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amapá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

10.4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 12.1 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

10.5. Em virtude do disposto do art. 194 da Lei nº 14.133/2021, terão aplicação imediata os dispositivos elencados no Título XI, Capítulo II-B do Código Penal, quais sejam, artigos 337-E, 337-F, 337-G, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L, 337-M, 337-N, 337-O, 337-P;

10.6. Ao ato configurado como corrupção, a aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á o rito previsto na lei nº 12.846/13, e, o procedimento previsto na Lei. Nº 8.666/93 e na Lei nº 9.748/99;

10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado do Amapá ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.8. A aplicação das penalidades é de competência dos respectivos órgãos contratantes, devendo tais ocorrências serem informadas ao órgão gerenciados do Registro de Preço;

10.9. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

10.10. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/1993 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. De acordo com o Art. 77 da Lei nº 8.666/1993, o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE, sem ônus de qualquer espécie para esta e sem prejuízo do disposto nas Penalidades, o direito de dá-lo por rescindido;

11.2. A rescisão se efetuará mediante notificação através de ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo dos demais motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

11.3. A rescisão do contrato dar-se-á nas seguintes modalidades, consoante estabelece o Art. 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos,



entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para este nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII, do Art. 78 da mesma Lei, e sem prejuízo do disposto na Cláusula “Das Penalidades”;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração CONTRATANTE; e

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada, devidamente ratificada pelo Gestor da CONTRATANTE;

11.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.6. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, para que não haja a imediata interrupção dos serviços;

11.7. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado do Amapá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura, conforme preceitua o art.61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 27/12/2023 e encerramento em 27/12/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Macapá-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

E por estarem assim, justos e contratados, o presente Termo de Contrato foi lavrado em vias digitais de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Macapá/AP, 27 de dezembro de 2023.

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA
CONTRATANTE**

**FIRE EAGLE ARMORY
CONTRATADA**



PORTARIA Nº 001/2024 - SRH/SEJUSP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 123, incisos I e II da Constituição Estadual e pelo Decreto nº 1351 de 17 fevereiro de 2023 (DOE-AP 7.860, 17/02/2023). Tendo em vista o Ofício nº 330101.0077.1976.00/2024 NAE-SEJUSP.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a concessão da Licença Paternidade prevista no Artigo nº 230 da Lei nº 0066/93, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 21 de dezembro de 2023, ao servidor **LUIZ FERNANDO PINTO GARCIA NETO**, ora exercendo o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível I, Código CDS-1, do Núcleo de Elaboração de Projetos/PPP-SEJUSP.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO
Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Protocolo 41963

PORTARIA Nº 01/2024-UCC/SEJUSP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 123 da Constituição do Estado do Amapá, c/c a Lei nº 1.335, de 18/05/2009 e o Decreto Estadual nº 1351 de 17 de fevereiro de 2023 (DOE AP No 7.860, 17/02/2023),

RESOLVE:

1. Designar para exercer a **FUNÇÃO DE FISCALIS** para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do **CONTRATO Nº 01/2024-SEJUSP**, que têm por objeto a AQUISIÇÃO IMEDIATA DE BEM DO CONVÊNIO FEDERAL 893899/2019 - TIPO VIATURA AUTO TANQUE PARA O CBMAP, visando atender as necessidades do CBM-AP, Vinculado ao P.U SIGA nº 00010/SEJUSP/2023., os servidores abaixo relacionados:

CBMAP:

- **PATRICK RAMON OLIVEIRA DA SILVA** - (PRESIDENTE), Matrícula: 613108;

- **MARLUS CHAVES QUINTAS- (MEMBRO)**, Matrícula: 1069896.

2. Apresente designação tem por fundamento os termos do art.15,§8º e art.67,§1º e §2º, bem como o art.73, lealíneas "a" e "b", do inciso II, §1º a 4º da Lei n.8.666, de 21 de junho de 1993 c/c o Art.17, §1º, do Decreto Estadual nº 4026, de 06 de Novembro de 2009.

3. A comissão será assessorada pelo servidor do Setor de Patrimônio do FUNSEP/SEJUSP:

RODRIGO JORGE JUCÁ DE ARAÚJO - Matrícula nº 0099116-3-04;

4. As decisões e as providências que ultrapassarem as competências dos Fiscais deste Contrato deverão ser informadas a UCC/CAF, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes junto ao Gestor Institucional da SEJUSP/AP.

5. Os Fiscais poderão ser substituídos a qualquer tempo, a pedido, ex-offício e por necessidade de serviço, desde que devidamente motivado.

6. A Fiscalização de que trata esta Portaria será realizada a contar da data de assinatura do Contrato e permanecendo as atribuições dos fiscais nomeados até o término de sua vigência contratual.

7. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

8. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Macapá-AP, 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO- DEL PC/AP
Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública
Protocolo 42005

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2023-FUNSEP

Processo nº 0023.0279.1896.0062/2023-FUNSEP/SEJUSP - Processo SIGA 00006/SEJUSP/2023, Edital de Pregão Eletrônico nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2023 - CLC/PGE e seus anexos. Objeto: AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO TIPO FUZIL CALIBRE 5,56 x 45mm, VISANDO ATENDER NECESSIDADES DA PC/AP, COM RECURSOS DO FUNSEP-AP, REPASSE 2019, EIXO ECV, AÇÃO 2051. VINCULADO AO PROCESSO SIGA Nº 00006/SEJUSP/2023. Classificação Orçamentária-Financeira: UG 330303, Fonte- 0.713; PT-0037; ND 44.90.52, Ação: 2051, Empenho nº 2023NE00285, de 15/12/2023, no valor de R\$ 107.450,00 (Cento e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais. Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, com início na data de 27/12/2023 e encerramento em 27/12/2024. Contratada: FIRE EAGLE ARMORY, CNPJ nº 11.119.634/0001-84, Contratante: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAPÁ - FUNSEP, CNPJ nº 31.443.333/0001-19.

Macapá-AP, 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO- DEL PC/AP
Presidente do Fundo Estadual de Segurança Pública
Protocolo 41956

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2023 - SEJUSP

Processo nº 0023.0279.1243.0030/2023-CAF / SEJUSP Processo SIGA n.º 00054/PGE/2020- PU nº 00006/SEJUSP/2023, Pregão Eletrônico nº 016/2023 - CLC/PGE e seus anexos. Objeto: AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO TIPO FUZIL CALIBRE 5,56 x 45mm, VISANDO ATENDER NECESSIDADES DA

PC/AP, TENDO COMO FONTE DE RECURSOS O CONVÊNIO FEDERAL Nº 894218/2019. VINCULADO AO PROCESSO SIGA Nº 00006/SEJUSP/2023. Classificação Orçamentária-Financeira: UG 330101, Fonte: 0.700 e 3.500; PT: 0037; ND 44.90.52, Ação: 2403, Empenho nº 2023NE00246, de 15/12/2023, no valor de R\$ 227.018,30 (Duzentos e vinte e sete mil e dezoito reais e trinta centavos) e 2023NE00247, de 15/12/2023, no valor de R\$ 3.231,70 (Três mil e duzentos e trinta e um reais e setenta centavos). Vigência: prazo de 12 (doze) meses, com início na data de 27/12/2023 e encerramento em 27/12/2024. Contratada: FIRE EAGLE ARMORY, CNPJ nº 11.119.634/0001-84. Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - SEJUSP, CNPJ nº 04.243.026/0001-11.

Macapá/AP, 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO- DEL PC/AP

Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública

Protocolo 41960

Secretaria de Transporte

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
- SETRAP

REQUER LICENÇA PRÉVIA

Torna Público que **REQUEREU** da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo - Laranjal do Jari/AP, Licença Prévia para a Construção de uma rampa em concreto armado as margens do Rio Jari/Laranjal do Jari-AP, estando em conformidade com a resolução nº 006/86 do CONAMA, com a Lei Federal nº 140/2011; Lei Complementar nº 0005/1994 - Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Amapá, Capítulo IV, Artigo 12, Item II, alterado conforme redação dada pela Lei Complementar 0070/2012; Decreto nº 3.009/1998 e as Resoluções do CONAMA e COEMA/AP.

Macapá - AP, 19 de dezembro de 2023.

Valdinei Santana Amanajás

Secretário de Estado de Transportes

Protocolo 42019

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
- SETRAP

REQUER LICENÇA PRÉVIA

Torna Público que **REQUEREU** da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo - Vitória do Jari/AP, Licença Prévia para a Construção de uma rampa em concreto armado as margens do Rio Jari/Vitória do Jari, estando em conformidade com a resolução nº 006/86 do CONAMA, com a Lei Federal nº 140/2011; Lei Complementar nº 0005/1994 - Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Amapá, Capítulo IV, Artigo 12, Item II, alterado conforme redação dada pela Lei Complementar 0070/2012; Decreto nº 3.009/1998 e as Resoluções do

CONAMA e COEMA/AP.

Macapá - AP, 19 de dezembro de 2023.

Valdinei Santana Amanajás

Secretário de Estado de Transportes

Protocolo 42020

Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo

PORTARIA Nº. 119/2023 - SETE

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO, usando das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos dos Artigos 122, 123 e incisos da Constituição do Estado do Amapá, e,

Considerando o Decreto nº 4278 de 16 de novembro de 2021 que regulamenta e disciplina a concessão de férias aos servidores públicos civis da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Amapá, prevista nos art. 90 e seguintes, da Lei nº 066, de 03 de maio de 1993;

Considerando, ainda, o disposto no OFÍCIO Nº 240101.0077.2151.0428/2023 GAB - SETE;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER as férias regulamentares do servidor Ezequias Costa Ferreira, Secretário de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, Matrícula nº 0978392-0-01, programadas para o período de 02/01 a 02/02/2024, exercício 2024, ficando o usufruto para data posterior.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publica-se e Cumpra-se.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO, em 29 de dezembro de 2023.

EZEQUIAS COSTA FERREIRA

Secretária de Estado do Trabalho e Empreendedorismo

Decreto nº 030 de 02 de janeiro de 2023

Protocolo 42009

PORTARIA Nº. 001/2024 - SETE

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO, usando das atribuições legais que lhes são conferidas, nos termos dos Artigos 122, 123 e incisos da Constituição do Estado do Amapá, e considerando o disposto no OFÍCIO Nº 240101.0077.2168.0001/2024 NAF - SETE;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo indicados para, com observância na legislação vigente, atuarem como fiscal titular e suplente do CONTRATO Nº 002/2020-SETE, formalizado com a empresa **ALL LUK SERVIÇOS**, tendo